



Anais da Assembléia

Nº 93

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 1981

ANO VII

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 85.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1981.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Darios, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Waldyr Pugliesi (41), achando-se ausentes os Srs. Deputados Fiori Luiz, Nilso Sguarezi, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Cyro Martins, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, Fuad Nacli, Gilberto Agibert Filho, Leônidas Chaves, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Fúlio Zanchet, Valduga, Werner Wanderer e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores. Aprovadas.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Solicito antes da verificação de votação a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal. (É procedida a chamada nominal)
Responderam a chamada nominal, 32 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.
Em votação as atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com bases regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um VOTO DE PROFUNDO

PESAR, pelo falecimento do Sr. Joaquim Félix Pessoa, ocorrido hoje na cidade de Assaí.

Requer, outrossim, que após aprovado o requerido, seja dada ciência à família enlutada na cidade de Assaí.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa que ora propomos, deve-se ao fato de tratar-se de um dos pioneiros, desbravador e fundador de Assaí, sendo um homem íntegro, sempre lutando em prol dos necessitados e do desenvolvimento do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao prefeito de Prudentópolis, Nelson Dal Santos, pela entrega da nova sede da Prefeitura local à população, dentro dos festejos alusivos ao aniversário do município.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1981.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO.

JUSTIFICATIVA:

A população do Município de Prudentópolis vive hoje um dia de festa, quando a cidade completa mais um aniversário. Um dos vários presentes que o povo daquele município recebe de sua administração é a nova sede da Prefeitura. A inauguração de mais esta obra pelo Prefeito Nelson Dal Santos é motivo de júbilo para nós, que representamos Prudentópolis nesta Assembléia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulação à FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAGUÁ, que neste dia 13 de agosto, comemora 25 anos de criação.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1981.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, solicitando que seja incluída no projeto da reforma eleitoral uma anistia ampla a todos os brasileiros que não se alistaram junto aos Tribunais Regionais Eleitorais na época oportuna, deixando assim de participar das últimas eleições.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Pela lei 4.737, de 25 de junho de 1955, atual Código Eleitoral, todos aqueles que não se habilitaram eleitoralmente na época oportuna estão sujeitos a uma multa, prevista pelo artigo 4.º. Ocorre que no Estado do Paraná, o jornal “GAZETA DO POVO” vem realizando ampla campanha visando aumentar o Colégio Eleitoral e, conseqüentemente, a nossa re-

apresentação política. Acreditamos que a concessão de uma anistia ampla a todos os que não cumpriram os prazos eleitorais será de importância fundamental para o crescimento do número de eleitores não só de nosso Estado, mas de todo o País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviadas cópias xerox do pronunciamento feito em Paranaguá, pelo Vereador MASAMI TAKAIAMA ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e Sr. Secretário dos Transportes.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.981.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Dr. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, M. D. Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, solicitando a construção de uma sala de aula, anexa ao Grupo Escolar já existente, na localidade de Alto Marrequinha, Município de Santa Izabel D'Oeste.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal e Srs. Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Escolar da localidade de Alto Marrequinha, com uma sala de aula apenas, não atende mais a demanda escolar local, com número superior a 80 (oitenta) alunos.

Constitui-se em aspiração da comunidade local, já manifestada através da Câmara Municipal, por requerimento do Sr. Vereador Ari Fidel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Dr. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, M.D. Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, solicitando a construção de 03 (três) salas de aula na localidade de Nova Vitória, Município de Nova Prata.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal e Srs. Vereadores do Município de Salto do Lontra.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

Com a criação do Município de Nova Prata, a localidade de Nova Vitória, veio a constituir-se numa das mais progressistas localidades do novo Município. Pelo seu elevado número populacional e conseqüentemente de crianças em idade escolar, carece de melhores acomodações, já que as atuais não satisfazem mais a demanda escolar local.

Assim sendo, espero contar com o apoio dos Srs. Deputados com acento nesta Casa, na aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados ofícios aos Excelentíssimos Srs. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado, EDSON NEVES GUIMARÃES, digníssimo Secretário das Finanças, e LUIZ SIRUELO SOBRINHO, digníssimo Coordenador da Receita do Estado, solicitando a instalação de uma Agência de Rendas no Distrito de Boa Vista de Aparecida, brevemente emancipado de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Boa Vista da Aparecida, cujo processo de emancipação encontra-se em tramitação nesta Assembléia Legislativa e brevemente tornar-se-á município emancipado de Capitão Leônidas Marques, possui uma expressiva arrecadação estadual de impostos, sendo a população constituída de aproximadamente onze mil, quatrocentos e quinze habitantes, segundo dados oficiais fornecidos pelo IBGE.

Passando à condição de Município, Boa Vista da Aparecida passará a gerir o seu próprio destino e tratando diretamente dos seus interesses com o Governo do Estado, dele recebendo efetivo apoio no setor creditício, administrativo, infraestrutura e outros benefícios levados a diversas outras sedes municipais, contando já com um sistema telefônico de múltiplos canais em fase de instalação.

Possui um entreposto da COOPAVEL (Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda) com larga capacidade de armazenamento e secagem de produtos agrícolas, além de outras unidades armazenadoras particulares. Contando ainda a população com uma agência bancária onde 1.770 correntistas manejam seus recursos financeiros, dispondo ainda de 1.000 depositantes em cadernetas de poupança que alcançam a cifra de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), além do depósito líquido de Cr\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzeiros). Os empréstimos rurais chegaram a Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), e os empréstimos comerciais atingiram Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros). A arrecadação mensal média nessa agência, relativamente a INPS — FGTS e ICM e outros, no final de 1.979, que é limitada, alcançou o valor de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros).

A produção agrícola, hoje em expansão, caracteriza-se pela sua diversificação, acentuando-se, sobretudo, o plantio de soja, milho, trigo, feijão, arroz, além de possuir grande plantel pecuário, notadamente bovino.

A presença da Coopavel ali no distrito, equacionou a agricultura, e desenvolveu a produção de suínos, que é feita em larga escala. Boa Vista da Aparecida, vive sua própria vida sócio-econômica, cultural e política completamente distanciada da hoje sede do Município de Capitão Leônidas Marques.

Pelos motivos acima expostos, acreditamos que Boa Vista da Aparecida mereça um estudo dos órgãos competentes, para que seja beneficiada com a instalação de uma Agência de Rendas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ofício ao Excelentíssimo Sr. Coronel Osvaldo Cruz, solicitando informações e providências referente a problemas com documentos na CIRETRAN de Ubatatã.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.981.

(a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

Tendo tomado conhecimento que diversas irregularidades estariam ocorrendo na CIRETRAN de Ubatã, vimos solicitar que esse Departamento, o qual sempre pauta pela justeza de procedimento, nos informe da veracidade dos fatos, bem como tome, se os mesmos forem verídicos, as medidas cabíveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Planejamento, solicitando a INCLUSÃO de verba no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1.982, à Fundação do Ensino Superior de Campo Mourão—FUNDESCAM.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.981.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação do Ensino Superior de Campo Mourão — FUNDESCAM, atende hoje vasta região de nosso Estado, sofrendo dos problemas inerentes a todo o ensino brasileiro, isto é, carente de recursos para a sua manutenção. No presente exercício financeiro não consta verba orçamentária, daí nossa preocupação que em 1.982, esse problema seja solucionado com a inclusão da mesma, para que participe das verbas da educação no Estado do Paraná, o que por certo irá aliviar os compromissos que a mesma tem assumido não só com os seus credores, mas principalmente com o ensino da coletividade de importante micro região paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Dr. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, M.D. Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná—FUNDEPAR, reiterando solicitação aprovada por esta Casa em Sessão de 18 de abril de 1.979, para a construção de duas salas de aula na localidade de Canoas, no Município de Dois Vizinhos.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal e Srs. Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

As instalações escolares da localidade de Canoas, Município de Dois Vizinhos, onde funciona também extensão do Ginásio da sede do município, não atende há longo tempo as necessidades locais.

A ampliação que se pretende constitui-se em medida urgente, fato que nos leva a reiterar a solicitação anterior, para o que esperamos contar com o apoio dos Srs. Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Dr. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, M.D. Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, solicitando a construção de uma Quadra de Esportes na Sede do Distrito de Nova Estrela, Município de Santa Izabel D'Oeste.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal e Srs. Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

A construção de uma quadra de esportes é aspiração do povo da Sede do Distrito de Nova Estrela, reiteradamente manifestada através do Sr. Vereador Ari Fidel, ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal daquele município.

Com terreno já destinado à construção da referida quadra, inquieta-se aquela comunidade pela demora, em ver atendida sua justa reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Através deste expediente, encaminho a Vossa Excelência as emendas em anexo, em número de 12 (doze), para serem anexadas ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, que trata do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 80/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — As repartições de atendimento externo ao público, dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, darão preferência às partes portadoras de deficiência física.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica às partes representadas por procuradores ou prepostos.

Art. 2.º — O descumprimento do estabelecido no artigo anterior, sujeita o servidor ou empregado responsável às penalidades previstas na Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Observe-se que o projeto não confere um direito ao deficiente físico de ser atendido preferencialmente nas repartições públicas, mas impõe à administração o dever de lhes atribuir tratamento prioritário.

Esse particular deriva da concepção de que a verdadeira igualdade de todos perante a lei, princípio basilar do regime democrático, consiste em se considerar desigualmente os desiguais. Ou seja, cabe à lei compensar as diversidades que a natureza, nos seus segredos desígnios, houve por bem permitir.

O projeto, além disso, quer manifestar mais uma sincera contribuição ao Ano Internacional do Deficiente Físico.

PROJETO DE LEI N.º 81/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, sediada

nesta Capital, tem caráter cívico-cultural, sem qualquer finalidade lucrativa.

Fundada há mais de um ano, tem os seus estatutos regularmente registrados sob n.º 6545, do livro "A-5", de Registro de Pessoas Jurídicas do Cartório do 1.º Ofício desta Capital, bem como o seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado de 10 de junho de 1980. Os cargos de sua diretoria, segundo se depreende do art. 4.º, parágrafo único, desses estatutos, não são remunerados.

Está, assim, essa entidade, credenciada a ser declarada de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N.º 82/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Paranaense Contra o Fumo - ANTIFUMO", com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1981.

a) RUBEN VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE CONTRA O FUMO", que usará a sigla ANTIFUMO, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná e ação em todo o território nacional, constitui uma sociedade de utilidade pública, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos. Tem como finalidade promover o trabalho em caráter preventivo e educacional, visando adequar às soluções dos problemas suscitados, em relação à farmacodependência tabágica, manter serviço de vigilância, orientação e esclarecimento sobre o mal do tabagismo, especialmente entre educadores e educandos; promover encontros, campanhas, simpósios, ciclo de conferências e congressos, sobre os problemas relacionados com o tabagismo, além de outras atividades como serviços de orientação e esclarecimentos sobre a patologia social do tabagismo.

Encontra-se em pleno funcionamento de suas atividades e atende as determinações previstas em lei.

A "ANTIFUMO" por sua própria condição e pelo relevante papel que vem desempenhando à área social de nosso Estado e do País, justifica por si a presente proposição.

PROJETO DE LEI N.º 83/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Núcleo Regional de Curitiba da Ordem do Graal na Terra, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1981.

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A Ordem do Graal na Terra é uma entidade que visa o desenvolvimento da pessoa humana alicerçada em princípios éticos e morais, com finalidades sociais voltadas ao bem comum.

O Núcleo Regional de Curitiba, como comprova o relatório das suas atividades vem prestando relevantes e inestimáveis serviços na área da filantropia e da assistência social à comunidade curitiba.

A documentação que anexamos ao presente projeto de lei, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual, reguladora do instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que por certo merecerá o apoio e aprovação dos nobres Pares com as-

sento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

Antes, a Mesa registra com satisfação em nosso Plenário, a presença dos Srs. Senador Leite Chaves, Deputado Federal Ama-deu Gera e do Suplente do Deputado Federal, Sr. Gomes do Amaral.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminharei logo após à Mesa, uma solicitação de transcrição nos Anais desta Casa, de pronunciamento feito pelo Vereador Massami Takaiaima da cidade de Paranaguá.

O Vereador na oportunidade, denuncia, que foi procurado por diretores da Associação dos Amarradores de Navios de Paranaguá que estão encontrando dificuldades na assinatura do convênio de trabalho, com a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e fez, na cidade de Paranaguá, na Câmara Municipal, um apelo da tribuna daquela Câmara, para que o Sr. superintendente atendessem a reivindicação dos trabalhadores na amarração de navios, uma vez que esses trabalhos estão sendo executados por pessoas não profissionalizadas.

Entretanto, com surpresa, diz o Vereador Massami Takaiaima, recebeu resposta do superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, justificando que esse trabalho de amarração de navios estava sendo efetuado por funcionários do quadro devidamente habilitados, e que não era conveniente "desvestir um santo, para vestir outro".

Ao ouvir o Presidente da Associação dos Amarradores e muitos que trabalham nesse setor, tomou conhecimento o Vereador, de que a maioria dos operários é oriunda de firmas empreiteiras que atuam na faixa portuária, conforme xerox, que anexou a este pronunciamento e que está enviando a este Deputado.

Segundo o Vereador Massami Takaiaima, o que ocorre em Paranaguá, é um protecionismo a determinadas empresas e que, portanto, vem prejudicando violentamente aos trabalhadores habilitados da Associação devidamente constituída e reconhecida por órgãos competentes. Outro motivo que destaca o Vereador, refere-se à falta de diálogo com pessoas do Sr. Superintendente, com pessoas de cor. Talvez, por ser racista, porque enquanto as negociações eram feitas por intermédio de correspondências, tudo caminhava satisfatoriamente.

Contudo, quando o Presidente da Associação dos Amarradores, esteve pessoalmente no gabinete do Sr. Superintendente Luiz Amatuzi de Pinho, encerrou-se a negociação. Porque o Presidente da entidade é um cidadão de cor, até a minuta do convênio, que já havia sido datilografada e faltava apenas as assinaturas, caiu no esquecimento. Provando uma vez mais, o desinteresse do Sr. Superintendente dos Portos, por essa classe que tanto luta apenas por trabalho que lhe é negado inexplicavelmente e, injustificadamente.

Solicita o Vereador à Câmara Municipal de Paranaguá, que esse pronunciamento seja enviado à Assembléia Legislativa e que seja entregue a esse Deputado que ocupa a tribuna. E eu farei passar às mãos do Sr. Presidente, para que passe às autoridades competentes do nosso Estado, para que sejam apuradas essas vergonhosas irregularidades que ocorrem em Paranaguá. Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uma nova geadá ameaça o desalentado cafeicultor para-

naense. Uma geadada muito pior, e de efeitos bem mais danosos do que aquela que liquidou mais da metade dos nossos cafezais.

Em nosso País, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo da prepotência e da incompetência que mal administra o Brasil há quase vinte anos, levando nossa amada Pátria ao caos sempre fica no "faz de conta", jamais sai do ensaio, isto quer dizer, eles não fazem e não deixam ninguém fazer. Através do Banco Central e do IBC, o Governo aprovou uma boa resolução para possibilitar aos compradores de café que disponham de dinheiro no sentido de adquirir à força, digo a preços razoáveis os estoques de rubiácea que ainda se encontram nas mãos do produtor. Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Banco Central apenas aprovou a resolução, mas, não autoriza os Bancos a conceder empréstimos aos maquinistas. Dá para entender atitude mais exdrúxula, desrespeitosa, insensível e deletéria, do que essa, justamente na hora mais desesperadora para o produtor de café. A geadada queimou a lavoura, deixando o cafeicultor sem possibilidades de colheita nos próximos anos. Agora o Governo da opressão pretende simplesmente impedir a comercialização interna, manietando os bancos e os pequenos e médios compradores, e isto, apesar de já haver editado uma resolução mascarada e vazia.

Quem vai comprar café? A resposta é óbvia e ululante, apenas os exportadores e, na grande maioria as empresas multinacionais, que dispõem de capital de giro. E o que farão essas empresas? A resposta todos sabem: especulação em cima da pobreza e da desesperança dos nossos cafeicultores, comprando pelo preço da desgraça, isto é, pelo preço que quiserem. Ora, Senhores do Banco Central, do IBC e do Governo, não permitam essa vergonha que vai aos já abarrotados cofres dos tubarões das multinacionais. A resolução já está aprovada e demagogicamente divulgada, mais onde está o dinheiro? O nosso apelo é este: até patético, para ver se o Governo não se petrifique mais ainda: misericórdia agora, já, senão a tragédia da geadada negra dos poderosos aniquilarão os cafeicultores do Paraná.

A solução é assombrosamente simples: basta o Banco Central dizer sim à rede bancária, pois lei já existe, discutida, aprovada, carimbada e trombetada.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta semana nós ocupamos a tribuna, para hipotecar o nosso apoio a um projeto de autoria do Senador Leite Chaves, que esta semana deu entrada no Congresso Nacional, que visa prorrogar os débitos dos cafeicultores, em decorrência das últimas geadas.

E, hoje, nós voltamos novamente à tribuna, para abordarmos novamente este assunto.

Desta feita, para justificarmos o requerimento que estamos endereçando à Mesa, e para o qual gostaríamos de obter o apoio dos ilustres Srs. Deputados aqui presentes, no sentido de que esta Casa envie o expediente às Lideranças de todos os Partidos, no Congresso Nacional, demonstrando a nossa preocupação e o nosso interesse pelo projeto que o Senador Leite Chaves acaba de dar entrada no Senado da República. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de telex às lideranças com assento no Congresso Nacional, de todos os partidos políticos, hipotecando apoio ao projeto de lei, de autoria do Senador Leite Chaves, bem como, solicitando idêntico apoio dessas lideranças, que visam prorrogar pelo prazo de dois anos, os débitos relativos ao custeio do café geado no corrente ano.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1981.

a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Já não se desconhece, a esta altura, a extensão e profundidade dos efeitos das últimas geadas, ocorridas em todo o País, mais especificamente, aqui no nosso Estado.

A próxima safra será prejudicada em 50%, em muitos Estados. Aqui no Paraná, esse percentual chega a 70%. A geadada, ao que parece, foi mais danosa à safra do que propriamente à plantação, podendo esta ser recuperada através de muito sacrifício e de cuidadosa assistência.

O PROAGRO do café acoberta tão somente a safra presente, não dando nenhuma proteção às safras futuras. A safra pendente, por sua vez, nunca é afetada em profundidade, pois as geadas ocorrem com mais frequência a partir do mês de julho, quando os frutos já estão secos ou em avançado estado de maturação. A safra seguinte, entretanto, não é acobertada pelo seguro agrícola, suportando o lavrador, sozinho, as consequências da perda. E é precisamente isso que se está verificando.

Essa situação não ocorre em relação às lavouras de ciclo anual, como seja, trigo, soja e cereais, de uma maneira geral, onde o risco incide sobre a colheita pendente, eis que a futura é objeto sempre de nova cultura.

Como se não bastassem essas razões para justificar a prorrogação dos débitos das lavouras de café, efetivamente, atingidas, outras vem em socorro da proposição.

Primeiro o aspecto social e a necessidade da contenção da mão-de-obra, que já apresenta reflexos lamentáveis. Somente aqui no Paraná, segundo dados da própria Secretaria da Agricultura, 40.000 mil pessoas estão desempregadas.

Com o processo de erradicação dos cafeeiros, a desativação da mão-de-obra rural, no prazo de um ano, alcançará em torno de 500 mil pessoas, agravando de maneira insuportável o problema tão tristemente conhecido, e que a minha cidade, Bela Vista do Paraíso, tão bem conhece, dos "bóias-frias".

O café é o mantenedor da média e, sobretudo, pequena propriedade rural. Sem ele, seriam elas tragadas pela voracidade do latifúndio pecuário ou da soja. E não foi por outra razão que o Paraná perdeu, nos últimos anos, 150.000 propriedades rurais, favorecendo a grande propriedade. O confisco cambial e as demais medidas políticas adotadas pelo Governo, foram os responsáveis por isso.

Existem regiões que não podem prescindir do café como condição essencial de sobrevivência.

O País não pode prescindir de sua produção cafeeira. Não só em relação às necessidades do mercado interno, pois café é sobretudo alimento, bem como em relação ao próprio consumo externo, causa geradora de grandes divisas à Nação brasileira.

Por estas e outras razões, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que julgamos oportuno hipotecar apoio a essa feliz iniciativa, da autoria do Senador Leite Chaves."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Anteontem, terça-feira, às 14 horas, aqui em Curitiba, o Sr. Prefeito Municipal, Jaime Lerner, reuniu-se com centenas de usuários do Mercado Municipal de Curitiba, a fim de traçar e delinear normas de como serão as reformas, sem prejuízos dos usuários, principais interessados na reforma.

Depois de vários contatos, o Sr. Prefeito e usuários, entenderam ser viável e prometeram, de imediato, iniciar a reforma no Mercado Municipal de Curitiba, com a permanência dos usuários, no local.

E será uma remodelação total, dando novas feições ao

Mercado, isso tudo compatível com a Cidade de Curitiba.

E em nome dos usuários do Mercado Municipal, estou nesta tribuna para prestar um tributo, para prestar uma homenagem ao Prefeito Jaime Lerner. Pediram-me que levasse ao Sr. Prefeito o inteiro agrado e a satisfação que causou a tantos quantos lá se encontram, a promessa feita pelo Sr. Prefeito e seus Diretores imediatos que atuam naquela área.

Estamos cientes de que esta era a tônica principal que mais ansiavam e que buscavam os usuários do Mercado, em redor de 350.

Participamos daquela reunião, fizemos um pronunciamento na oportunidade, destacamos a importância do feito, cumprimos o Prefeito pelo acontecimento e aqui, desta tribuna, ratificamos.

E para finalizar, desejamos colher esclarecimentos das acusações que faz o Deputado Nestor Baptista, ao Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Pesquisaremos e traremos, oportunamente, a verdade sobre os fatos que levaram o Deputado Nestor Baptista à tribuna, fazendo acusações ao Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina. Traremos provas, se necessário for, para que o Sr. Deputado se inteire da verdade e possa então, fazer justiça e atacar aqueles que devem ser atacados e respeitar a integridade dos que nada fazem e são acusados injustamente.

Oportunamente, voltaremos aqui para trazer provas ao Deputado Nestor Baptista, com referência ao seu pronunciamento feito, há poucos instantes, nesta Casa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa do Paraná e a grande imprensa nacional, especialmente "O Estado de São Paulo", têm feito severas críticas às aposentadorias do Tribunal de Contas.

Todos sabemos, Sr. Presidente, que o Tribunal de Contas tem sido um cabide de arquivo, sobretudo dos políticos mal sucedidos, com honrosas exceções, esta é a imagem do Tribunal de Contas e como existiu no passado grande gama de aposentadorias, houve um determinado período em que essas aposentadorias que viraram escândalo no Estado do Paraná e em outros Estados do País, não tinham mais lugar.

Entretanto, Sr. Presidente, recentemente, com ou sem razão, o fato é que a quarta aposentadoria em um mês é concedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e o que é pior, Sr. Presidente, fala-se em economia do tesouro e do erário público. Fala-se em abono do funcionalismo público, e veja Vossa Excelência, Sr. Presidente, nas aposentadorias dos pequenos servidores do Estado do Paraná, leiam-se os Diários Oficiais e quando a aposentadoria é minguada o Diário Oficial do Paraná publica 130 mil cruzeiros por ano, mas os grandes e polpudos proventos nem o Diário Oficial dá conhecimento, certamente envergonhados do valor das grandes aposentadorias que os Estados e sobretudo o Estado do Paraná tem arcado com o seu tesouro, com o mutismo do Governo e dos representantes do Governo.

E eu, Sr. Presidente, nesta hora em que se faz um grande esforço para que a economia do Estado do Paraná seja retida aos interesses dos paranaenses, nós temos que engolir, Sr. Presidente, não só essas aposentadorias mas sobretudo essas que estão aí a manchear as páginas primeiras de jornais da nossa Capital e também do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, não se trata do problema de legitimidade ou legalidade. A questão é de ordem moral, Sr. Presidente, a questão é de honorabilidade de homens que serviram ao Estado do Paraná, ou seria talvez uma forma, um processo para levar os

Governos a alterar o seu esquema de funcionamento. Como é que o Estado do Paraná pode aceitar, pode ver a contradição tão flagrante e tão distante entre o pequeno servidor e os grandes servidores e sobretudo aqueles que se aposentam ao arrepio da moralidade pública, como tem enfatizado um dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. É preciso nesta hora, Sr. Presidente, que os homens não só os que serviram ao Paraná, mas os que servem ao Paraná também, tenham comedimento e tratem com mais zelo, com mais respeitabilidade as finanças públicas.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrada a hora do Pequeno Expediente, concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente a "Gazeta do Povo" tem levantado ou vem levantando, um problema de mais alta significação sócio-econômica para o Estado do Paraná - o problema da retenção de divisas ou de requisição, ou reivindicação dos direitos que o nosso Estado tem, sobre o problema da evasão das nossas divisas.

É verdade, Sr. Presidente, que nós estamos vivendo um período significativo de transição, de força-energética e, sobretudo, de energia e combustível. E o Estado do Paraná, Sr. Presidente, que guarda no seu subsolo, um potencial energético de grande envergadura, está agora, fazendo o seu aproveitamento, o aproveitamento do xisto betuminoso. E, recentemente, a "Gazeta do Povo" enfocou, a renda que poderá gerar o aproveitamento dessa matéria para os cofres públicos do Estado e para o seu desenvolvimento sócio-econômico e político.

Anuncia-se brevemente, num ciclo de debates que está aberto aqui em Curitiba, que virá o Ministro das Minas e Energia, Coronel Cesar Cals. E nesta ocasião, Sr. Presidente, o Estado do Paraná, terá oportunidade de demonstrar a sua força e a sua coesão, no sentido de que toda classe política e todos os segmentos representativos da sociedade, seja ele do comércio, da indústria, de associações classistas de todo gênero e, sobretudo, da classe política. É a hora necessária, Sr. Presidente, de equacionarmos esta discussão e o Paraná como um todo, pedir e exigir do Governo Federal, especialmente do Ministro das Minas e Energia, que aquela lei, a lei que instituiu a monopolização do petróleo e criou a PETROBRÁS, a Lei 2004, de 1953.

Nela, Sr. Presidente, há uma disposição que resguarda ao Estado que fornece não só matéria-prima mas, que dá à União, a possibilidade exploratória desse mineral ou desta fonte de energia, a possibilidade de retorno ao Estado de 4 e 1 por cento ao município, sob cujo subsolo, se prospecte esta matéria-prima de gasolina que é o petróleo.

Mas, no caso, Sr. Presidente, é preciso que o Estado do Paraná, também pela mesma razão, pelo mesmo princípio, tem que reivindicar a energia que é tirada de Itaipu, até porque tem a mesma comunicabilidade, tem a mesma afinidade e o Estado do Paraná precisa fazer uso deste direito. É um direito consubstanciado, Sr. Presidente, na interpretação desta lei.

É necessário que o Paraná como um todo, não só o Governo e a classe política, mas, todos juntos, batalhem, exijam do Governo Federal, o retorno dessa parcela que representa a subtração de consideráveis recursos que o Paraná está tributando à União, através da abdicação da área ou das áreas que serão inundadas.

Além do mais, o Paraná tem cedido uma tecnologia respeitável para outros estados e para outros países, principalmente na região fronteira com o Paraguai, onde será feita a maior represa existente no mundo.

Sr. Presidente, este posicionamento deve ser seguido por

todos os paranaenses de boa vontade, que aspiram um Paraná realmente pujante e propulsor das suas próprias potencialidades.

Mas, não tem sido assim, Sr. Presidente, nos últimos anos!

O Paraná falho na sua representatividade, omisso nas suas reivindicações, vê e contempla o passar dos anos, apenas entregando recursos substanciais para o equacionamento das suas riquezas, trazendo benefícios à sua população.

O Estado do Paraná, Sr. Presidente, precisa gerar empregos, todos os anos, na ordem de 200 mil novas colocações no mercado de trabalho.

Em torno dessa cifra é preciso que nós equacionemos toda a nossa economia; que agilizemos a nossa mentalidade, a nossa sabedoria, a nossa força, para que este Estado não perca ainda mais, o que tem perdido no curso destes anos todos.

E se nós observarmos, Sr. Presidente, a evasão, ou a transferência da população do Estado do Paraná para outros Estados do Brasil, nós vamos encontrar percentuais desalentadores.

E, é necessário, no cotejo desses dados, que tenhamos bem presente, Sr. Presidente, que poderíamos aproveitar as disposições dessa lei e exigirmos, reivindicando que o Ministro das Minas e Energia reconheça que o nosso Estado tem sido o mais sacrificado em benefício da União.

No setor da agricultura, nós vemos aí as divisas líquidas que o Estado do Paraná fornece para a União, para contrabalançar o encargo pesado da dívida externa.

Se apreciarmos os incentivos fiscais, vamos verificar que o Estado do Paraná está sendo postergado em benefício de outros estados, no sentido de reabastecer ou de reflorestar as suas reservas.

Poderia ter sido, aqui no Paraná, promovido uma política de incentivo fiscal para beneficiar a erva-mate. E até agora, apesar das reivindicações, nada temos de concreto. E até o contrário, o investimento de empresários paranaenses está sendo feito em outros estados. Exemplos disso podemos citar as grandes fazendas que as empresas paranaenses estão implantando no Maranhão, no Pará, em Mato Grosso.

Só para ilustrar, o próprio Banco Bamerindus do Brasil, que é um dos organismos financeiros de maior respeitabilidade nacional, poderia desenvolver um projeto dessa natureza em nosso solo. No entanto, Sr. Presidente, nada disso está sendo postulado. Nenhuma posição tem tomado o Estado como um todo.

E, nesta oportunidade, da vinda do Ministro das Minas e Energia ao Paraná, se afigura como a melhor delas. É necessário por isso mesmo, que tomemos consciência. E poderão as autoridades federais dizer que aquela Lei 2004, de 1953, não poderia ser aplicada no caso da energia elétrica.

Ora, Sr. Presidente, se serve para outra fonte de energia - e o problema mundial se resume, hoje, no campo econômico, sobre o problema energético, se não fosse isso, o petróleo não teria tido, em 7 anos, uma elevação de 9 para 36 dólares, o barril!

Veja, Sr. Presidente, que toda a questão de natureza econômica de desequilíbrio dos países subdesenvolvidos, tem sido, como ponto central, o problema energético e o de combustível.

E se o Estado do Paraná é um mero fornecedor de energia à região sudeste, poderíamos até indagar: quem se beneficia dessa energia transportada para o eixo Rio-São Paulo?

E aí, Sr. Presidente, evidentemente, desembocaríamos no raciocínio de que, ela está sendo utilizada pelo grande parque industrial do País.

E o que fornece esse parque industrial brasileiro aos demais Estados? Praticamente nada, em termos sociais. Provavelmente, dará grandes somas orçamentárias no recolhimento de tributos, para os Estados, a nível de ICM e, quem sabe até para os municípios.

Entretanto, Sr. Presidente, a implantação desse parque industrial, principalmente no ABC paulista, tem gerado conflitos

sociais, os mais intensos que este País já sofreu.

E aí se pergunta, é válida a implantação de uma usina desse porte, consumindo milhões de dólares, conseguidos com recursos do suor do povo brasileiro?

Realmente, o que estamos fazendo, nós que nos dizemos responsáveis pelos segmentos de nossa economia, pelos destinos do nosso povo, ficamos discutindo muitas vezes, problemas matemáticos. Quantos votos vamos fazer? Quantos votos precisa a sublegenda para se fazer partido? Quantos votos aquela facção poderá conseguir para se manter nas mordomias no Poder.

Sr. Presidente, realmente, o nosso Estado é um Estado de contradições. E na hora em que precisamos nos distanciar dos problemas de segunda ordem poderíamos dizer, os problemas de natureza estranha ao interesse público e ao interesse social, imediato, nós ficamos discutindo, até futilidades e os grandes temas, os grandes valores, nós deixamos postergados.

Nesta questão, Sr. Presidente, é de se louvar o trabalho desenvolvido aqui mesmo no Estado do Paraná, por um organismo da nossa imprensa, embora não tenha sido, o pioneiro, mas foi precursor da coragem, foi o incentivo capaz de agilizar o raciocínio da classe política. E agora, que a classe política precisa dar a sua resposta, o que temos sentido, Sr. Presidente, é que, a classe política sepulta nos discursos, o posicionamento que deveria ser de outra envergadura. E da nossa parte, para não deixar que fique só na postulação de tribuna, quero propor, Sr. Presidente, um documento formal que consigne a assinatura de quantos parlamentares desejarem nesse requerimento, pedindo ao Ministro das Minas e Energia, se é que ele tem poderes de decisão e se não o tiver, que encaminhe a quem o tenha, para trazer ao Paraná também, o resultado de quatro por cento, Sr. Presidente, da energia que Itaipu irá fornecer ao País. E esta reivindicação, Sr. Presidente, precisa ser feita em consonância também, com o problema do xisto do Paraná, são duas riquezas que o nosso Estado do Paraná está fornecendo ao País, são divisas de grande envergadura, e é necessário, Sr. Presidente, que proclamemos aqui a necessidade de uma união em torno desses objetivos.

Por essa razão, entendemos ser necessário, válido, oportuno, que na vinda do Ministro, talvez até as lideranças políticas representadas neste Parlamento, vá ao encontro, ou que alguém represente essas lideranças, e entregue esse documento ao Ministério das Minas e Energia, pedindo que o resultado ou o produto da energia gerada por Itaipu correspondente a 12 milhões de Kws, seja entregue ao Estado do Paraná, vale dizer, que seja dada em retribuição no mínimo os royalties que o nosso Estado tem direito. A mesma coisa deve acontecer com o xisto, porque se o Estado do Paraná não se agrupar, não se reunir, através de suas lideranças de todos os segmentos, políticas, econômicas e sociais e de todas as classes, se o Estado do Paraná não se posicionar, buscando estas metas, novamente vai acontecer o que aconteceu com a instalação do polo petroquímico e aliás, Sr. Presidente, é necessário dizer que agora, com a geração desses barris de petróleo, já em 1985, 50 mil barris representarão uma soma vultosa, cerca de 2 bilhões e 250 mil dólares.

E o Estado do Paraná se não se posicionar, nada vai receber da União e se fala muito, Sr. Presidente, de reforma tributária, da distribuição do bolo, busca-se inclusive a tributação de alimentos para melhorar a situação do Estado e do Município.

Ora, Sr. Presidente, se dispomos de leis, se dispomos de instrumentos legais para exigirmos do Governo Federal, a retribuição daquilo que nos é líquido e certo e indiscutível, porque haveremos de falar em novas leis para se somar às quase 400 mil já existentes no País e, diga-se de passagem, poucas delas são utilizadas, são executadas, são respeitadas e é nesse sentido, Sr. Presidente, no sentido de trazer esta contribuição do nosso Estado, que fazemos essas ponderações e o momento mais ade-

quando não é outro.

Por esta razão, deixo aqui ao finalizar este posicionamento, deixo aqui a esperança de que nos acordemos e reivindicuemos como um todo, o interesse do nosso Estado.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, ouvi com atenção o brilhante pronunciamento que Vossa Excelência fez em torno desse assunto que realmente é um dos assuntos mais polêmicos e de grande relevância para a vida do Estado e também da Nação.

Mas temos a liberdade de apartear Vossa Excelência, e além de usar deste momento para cumprimentá-lo, mas também para reafirmar um posicionamento nosso diante do pronunciamento que Vossa Excelência fizera no Pequeno Expediente, relacionado com o problema das aposentadorias do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Volto a cumprimentar Vossa Excelência, para abordar tal assunto nesta tarde, porque, nobre Deputado Tolentino, não é porque a Previdência Social está em crise, que existe um rombo de 138 bilhões de cruzeiros e as autoridades maiores desta Nação atribuem este rombo às aposentadorias e às pensões, é realmente um contrasenso e uma injustiça gritante, nós assistirmos uma escalada de aposentadorias milionárias, através do Tribunal de Contas do nosso Estado.

Recentemente o jornal "O Estado do Paraná" publicou vários nomes de figuras ilustres, ex-Deputados inclusive, como diz Vossa Excelência, políticos não muito bem sucedidos e que foram aquinhoados com este prêmio que é uma verdadeira afronta aos trabalhadores deste Estado. E, um desses ex-políticos que foi beneficiado com esta aposentadoria milionária, o que me chamou a atenção é o seguinte: este cidadão está com 45 anos e foi aposentado com 41 anos e 11 meses de serviço público. Então, ele entrou na administração pública, foi admitido com 6 anos de idade. Isto realmente, nobre Deputado, é uma vergonha, é uma imoralidade das mais gritantes que existe no Estado do Paraná e o povo teria que saber disso.

Numa época em que a previdência está em crise, numa época em que o trabalhador está morrendo de fome, numa época em que se fala em contenção de gastos, aposentadorias milionárias acontecem no Tribunal de Contas do Paraná.

Infelizmente, esta lei imoral dos 15 anos, fora ressuscitada ano passado, aqui pela Assembléia Legislativa sem o nosso apoio. Agora, é uma vergonha para nós Deputados, é uma vergonha sabermos que o povo está passando fome, 40 milhões de brasileiros não têm acesso à saúde neste País, segundo dados do Ministério da Saúde, nós assistimos uma escalada para satisfazer pretensões políticas dos homens que detêm o poder neste Estado, de aposentadorias milionárias, imorais.

Vossa Excelência está de parabéns. Eu espero que o povo do Paraná tome conhecimento disso. Porque não é possível um homem com 45 anos de idade, aposentar com 41 anos e 11 meses de serviço público. Vossa Excelência está de parabéns pelos dois assuntos que traz hoje à tribuna nesta tarde aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte e concluo, Sr. Presidente, dizendo que, talvez seja um dos Deputados mais frustrados, desta geração, que passou por este Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"Fazem 17 anos que, em nome da Segurança Nacional, o Governo de excessão instrumentalizado pela exdrúxula Lei de Segurança Nacional cassou mandato de parlamentares, cassou prefeitos e governadores, confiscou o direito elementar de eleger representantes para os governos em Áreas de Segurança, cassou a liberdade de imprensa e livrou da denúncia pública os maus elementos que a partir de então passaram a agir sob a obra do arbítrio institucionalizado.

E assim sob a tenebrosa Lei de Segurança Nacional os filhos das trevas - dos fora da lei - se proliferaram igual ratos em porão de navio abandonado no cais.

Cada dia que se soma a estes longos anos de arbítrio vemos a Nação enrubescer-se, envergonhada diante dos absurdos a que foi acometida pelo desgoverno implantado no País.

Este vermelho que provoca a fúria da extrema direita, é preciso que se esclareça, não de comunista, mas é da vergonha que passa a Nação ultrajada em suas honrosas tradições diante dos descabros praticados pelos que governam direta ou indiretamente este País. Este vermelho de vergonha da Nação que precisa assistir a cobertura oferecida a um larápio tipo Ronald Biggs, recepcionado com honras de papa, ao mesmo tempo em que aplica impiedosamente o famigerado estatuto do estrangeiro contra uma pobre boliviana que nada mais fazia do que trabalhar honrosamente para dar sustento a um filho brasileiro, nascido nesta terra onde ao lado milhares de outras crianças está proibida encontrar proteção e guarida.

Este vermelho é de vergonha da Nação e porque não dizer vergonha que atinge forças armadas de gloriosas tradições ofuscadas pela impunidade dos terroristas desde o PARASAR ao Rio Centro. Estes vermelhos que estão vendo por aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o sangue brasileiro que sobe à cabeça do trabalhador e empresário brasileiro, que se vêem na contingência de ser forçado a cobrir os rombos abertos na caixa do INPS através de escandalosas corrupções que costumeiramente passam aos bancos suíços e lá ficam garantidos pela impunidade reinante no País.

Somente enrubesce aquele que tem sangue e que sente vergonha. E a vergonha é mérito de quem tem moral. Mas os que já perderam a moral já não se preocupam mais em preservar o nome, a honra e a dignidade. Para este tipo de pessoas criaram uma faixa própria de ação - faixa de fronteira ou melhor Área de Segurança Nacional.

É contra a falta de escrúpulos os apelos morais nada valem. Se algum valor tivessem esta Casa não teria arquivado nosso requerimento solicitando o afastamento do donatário Luiz Bonato, de Medianeira, apesar do requerimento ter sido apoiado por parlamentares do próprio partido, que normalmente se presta a dar cobertura a vergonhosa administração do referido biônico.

Os casos mais evidentes de desvio da moral do governo ou homens ligados ao governo, como o caso do assassinato de Antônio Heleno em Cascavel, para não repetir o Rio-Centro, são soterrados sob pesados volumes de documentos, depoimentos, mortes de testemunhas que avolumam ainda mais os exaustivos inquéritos que depois a justiça com sua característica morosidade se encarrega de arrastar através do tempo rumo ao esquecimento e o arquivamento fatal.

Mas como dizia: o regime de excessão criou uma faixa própria para os desmandos, as Áreas de Segurança Nacional. E é lá que queremos chegar. As Áreas de Segurança Nacional instalados na Faixa de Fronteira com o Paraguai são as que nos dão maiores motivos de preocupação. Pois sabemos que o crime transpõe a fronteira do nosso País com a mesma impunidade com que se praticam do lado brasileiro. O vai-vem de pistoleiros de puxadores de carros roubados acompanham o ritmo de desmando dos prefeitos nomeados que controlam a ação da polícia e influenciam na troca de delegados adequando-os a seus interesses espúrios.

Tráfico de influências dos comandos políticos, tendo à testa prefeitos nomeados não se exerce apenas na perseguição descabida a professores do primeiro grau como se estende através da amizade no setor policial, em alianças táticas com o ditador paraguaio que emprestou a honra de seu País a serviço da Pirataria do Contrabando dos carros roubados no Brasil. Todos sabemos da facilidade com que legalizam e documentam os carros no Paraguai quando roubados aqui no Brasil.

O roubo e traslado de carros se tornou tão comum e corriqueiro que o fato do Prefeito de Guaíra e seu colega ditador paraguaio desfilaram num Landau roubado no Brasil sob aplausos do povo guarani da localidade de La Paloma no Paraguai, passa despercebido.

Na verdade ou por inverdade, o Prefeito de Guaíra desconhecia que o carro que seu amigo lhe emprestara era roubado. Mas nos dias de hoje o elemento que se dizia proprietário do Landau e amigo do donatário de Guaíra, não mais pode esconder sua real situação de larápio. Na cidade, segundo testemunhas, todos sabiam que tal elemento com mais dois integrantes da Polícia Rodoviária, recentemente detidos, tinham ligações com quadrilhas de puxadores de carros, menos o prefeito perpétuo, apesar dos 17 anos de 'experiência' no posto chave da Prefeitura, menos o amigo íntimo do larápio - o senhor prefeito conhecia as ligações de seu amigo ladrão.

Mas o povo continua amordaçado e com as mãos amarradas e não pode nem sequer exercer seu bom senso de justiça através do voto. É obrigado a engolir calado e amedrontado diante dos que os desgovernam impune diante de convivência e prática de corrupção. As reformas eleitorais nem de longe tocam no assunto das Áreas de Segurança.

O CONAM, recentemente criado a nível nacional, que conta com apoio inclusive de lideranças do próprio PDS dos que ainda sentem a dor da vergonha, ainda se preocupam em manter a honra, enumerou mais de 80 projetos de lei e emendas sugerindo um fim para esta situação nas Áreas de Segurança Nacional. Também nesta Casa houve manifestações favoráveis às eleições diretas nas referidas áreas, no entanto o expediente de nomeação continua.

Mas como o político continua desacreditado pelos que se encastelaram em Palácios através das indiretas ou simples nomeação, nos resta a única esperança: o da mobilização popular - e desde já lançamos nosso convite ou desafio".

Desde já, lançamos o nosso convite, para não dizer, desafio, a todos os Deputados que integram esta Casa, para que nos dias, 27, 28 e 29, deste mês, lá em Foz do Iguaçu, estejamos unidos com o povo, em marcha, exigindo eleições, na área de fronteira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto a Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. Havendo declinado, consulto a Liderança do PP.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, encaminhando 12 emendas para serem anexadas ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, que trata do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.—Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz,

constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/78, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, da Cidade de Ubatã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere, solicito do Sr. 1.º Secretário que procede a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

31 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 145/78.— Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça — CPSJ, redução sobre multa, juros e correção, ao saldarem seus débitos em atraso, nas condições que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/80, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que denomina "Prefeito Moacir Correa", a rodovia PR-517, trecho que liga Andirá à Cidade de Itambaracá. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 73/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "PREFEITO MOACIR CORREA", a Rodovia PR-517, trecho que liga Andirá à Cidade de Itambaracá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

Moacir Correa, de saudosa memória, foi o primeiro Prefeito Municipal de Andirá, no período de 47 a 51. Pioneiro no desbravamento daquela rica região paranaense, sua pessoa sempre mereceu o maior respeito e consideração da comunidade de Andirá, pelo seu elevado espírito público, sempre voltado às mais justas reivindicações comunitárias. Entusiasta pelo desenvolvimento do município que ajudou a estruturar, é das mais justas a homenagem que se pretende com o presente plano de lei, a fim de que sua memória seja perpetuada em sinal de gratidão da população de Andirá, a quem, com seu trabalho e

exemplo, muito contribuiu para o progresso daquele próspero município de nosso Estado.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que temos a certeza merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 73/80

PARECER

Propõe o ilustre Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, através deste projeto, a denominação de "Prefeito Moacir Correa" ao trecho da rodovia que liga Andirá a Itambaracá.

Na sessão do dia 24 de setembro passado, requeri e obtive deferimento no sentido de ser consultado o Departamento de Estradas de Rodagem sobre a atual denominação da Rodovia PR-517, no trecho antes mencionado.

O expediente, datado de 30 de dezembro do ano anterior, subscrito pelo Sr. Diretor Geral daquele departamento, deu conta de que "a Rodovia PR-517, trecho que liga Andirá à cidade de Itambaracá, não tem denominação especial".

Nesse caso, e nada constando da Constituição ou de qualquer lei complementar estaduais que vedem a iniciativa de matéria da natureza da contida na propositura em exame, forçoso é declarar o projeto em condições de seguir o curso do procedimento normal, estabelecido na Carta e no Regimento Interno.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;
FIDELCINO TOLENTINO — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N.º 73/80

PARECER

De autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que pretende denominar de "PREFEITO MOACIR CORRÊA", a rodovia que liga Andirá a Itambaracá.

Conforme expediente enviado pelo Departamento de Estradas de Rodagens a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, aquele Departamento informa que a rodovia em questão não possui denominação especial.

Tendo em vista a informação acima e reconhecendo os altos valores do homenageado e, sabedor que somos do alto espírito pioneiro e administrativo que possuía o ex-Prefeito andiraense de saudosa memória, somos favorável à APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI N.º 73/80.

Sala das Comissões, em 6 de agosto de 1981.

(aa) CYRO MARTINS — Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Félix Pessoa, ocorrido na Cidade de Assaí.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à Itaipu Binacional, Furnas — Centrais Elétricas S.A. e ELETROBRÁS — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

13 Srs. Deputados o aprovam; 4 Srs. Deputados o rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, sexta-feira, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.